

Luana Frigulha Guisso

Ivana Esteves Passos de Oliveira (orgs.)

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES 2

**Teoria e prática em educação,
ciência e tecnologia**



DIÁLOGO
EDITORIAL

Luana Frigulha Guisso e
Ivana Esteves Passos de Oliveira (orgs.)

DIÁLOGOS

INTERDISCIPLINARES 2:

Teoria e prática em educação, ciência e tecnologia

1ª edição

Vitória
Diálogo Comunicação e Marketing
2022

Diálogos interdisciplinares 2: Teoria e prática em educação, ciência e tecnologia
© 2022, Luana Frigulha Guisso e Ivana Esteves Passos de Oliveira.

Projeto gráfico e editoração
Diálogo Comunicação e Marketing

Capa e diagramação
Ilvan Filho

1ª edição

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D537 Diálogos interdisciplinares 2: teoria e prática em
educação, ciência e tecnologia / organização Luana
Frigulha Guisso e Ivana Esteves Passos de Oliveira. -

Vitória, ES : Diálogo Comunicação e Marketing, 2022. -

266 p. : il. foto. color. ; 24 cm.

ISBN 978-85-92647-66-7
DOI 10.29327/564118

1. Educação. 2. Abordagem interdisciplinar do
conhecimento. I. Guisso, Luana Frigulha. II. Oliveira,
Ivana Esteves Passos de.

CDD – 370

Conselho Editorial

Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes

Dra. Luana Frigulha Guisso

Dra. Ivana Esteves Passos de Oliveira

Dra. Sônia Maria da Costa Barreto

Apresentação

A Diálogo Editorial, em parceria com o Mestrado em Ciência Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré, respaldado por um conselho editorial representado por Doutores e Pós-Doutores, coordenou a editoração desse compilado de dissertações acadêmico-profissionais, implementadas, por docentes e discentes, em diversas áreas do saber, no intuito de propiciar a perpetuação da consolidação dos conhecimentos construídos em investigações na perspectiva transversal das ciências, tecnologia e educação.

O e-book reúne elementos teóricos sobre as áreas supracitadas, e lança foco nas ferramentas criadas durante o processo de investigação, na confluência da prática com a teoria, as quais consolidam novas metodologias e inovação tecnológica, na premissa da criação de caminhos criativos, inovadores e sistematizados pela valorização das tradições e da cultura.

O e-book “Diálogos Interdisciplinares 2: teoria e prática em educação, ciência e tecnologia” apresenta um trabalho incansável de pesquisa desenvolvido pelos alunos e orientadores do curso de Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré.

É importante ressaltar que a leitura de tal compilado é um convite para quem deseja expandir seus estudos em contextos de interdisciplinaridade em Educação, Saúde e História, bem como compreender um pouco mais sobre o desenvolvimento cognitivo da criança, a educação quilombola, o papel da escola na promoção de uma alimentação saudável, o desinteresse escolar, professores de educação física e as redes de diálogos, práticas de convivência e fortalecimento de vínculos com grupos de gestantes, entre outros temas que estão disponíveis.

É preponderante ressaltar que esta coletânea tem a sua tessitura resultante de investigações sobre práticas do cotidiano escolar, escritas sob o olhar contemplativo, observador e reflexivo, o qual alimenta reflexões, que vencem, na obstinação de seus autores, os muros das escolas, reverberando nas comunidades, para buscar ganhar notoriedade e inspirar outros estudos.

***Dra. Luana Frigulha Guisso e
Dra. Ivana Esteves Passos de Oliveira***

Sumário

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA “ORCI BATALHA” DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES	08
Cláudia Márcia Corrêa de Jesus e André Luis Lima Nogueira	
CONTRIBUIÇÕES DAS ATIVIDADES LÚDICAS NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	26
Cristiely Monteiro da Silva e Luana Frigulha Guisso	
O PAPEL DA ESCOLA NA PROMOÇÃO DE UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA EMEF PLURIDOCENTE JIBOIA DE PRESIDENTE KENNEDY-ES	41
Daniele Alves Mesquita e Daniel Rodrigues Silva	
DESINTERESSE ESCOLAR DE ESTUDANTE DO ENSINO FUNDAMENTAL II: UM PROBLEMA A SER ENFRENTADO PELA ESCOLA E A FAMÍLIA	63
Dilméia Fernandes Pacheco da Silva e Nilda da Silva Pereira	
PRÁTICA DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS COM GRUPOS DE GESTANTES DO CRAS DE PRESIDENTE KENNEDY	85
Elisangela Moraes Ayres e Daniel Rodrigues Silva	
COLABORAÇÃO ENTRE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA VIA REDES DE DIÁLOGOS	103
José Rodrigo Brioli Polonini e José Roberto Gonçalves de Abreu	
ENTENDENDO A DISFUNÇÃO ERÉTIL MASCULINA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	129
Josima Lima Oliveira e Daniel Rodrigues Silva	

O IMPACTO DAS RECEITAS DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO SOBRE OS INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY-ES	144
Leandra Fontana Tonon	
A ATUAÇÃO DAS ESCOLAS NA DETECÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS	160
Leidiane Chaves da Cruz e Luciana Teles Moura	
A REALIDADE DA SÍFILIS EM GESTANTES DO ESPÍRITO SANTO E AS IMPLICAÇÕES TRAZIDAS PARA O EXERCÍCIO DA ENFERMAGEM	174
Lusiane Lima Oliveira e Luciana Barbosa Firmes Marinato	
A HISTÓRIA NOSSA DE CADA DIA: PRESIDENTE KENNEDY 1964- 2019, NA VISÃO DOS ALUNOS DA EJA	185
Milene da Silva Rodrigues Carvalho e Sebastião Pimentel Franco	
O ENSINO DE HISTÓRIA E A ATUAÇÃO DO DOCENTE: PRINCIPAIS ABORDAGENS SOBRE O ESTUDO DE HISTÓRIA LOCAL NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	200
Poliana Nicoli Fontana e Luana Frigulha Guisso	
CONTRIBUIÇÕES DO FISIOTERAPEUTA NO TRABALHO DOS CUIDADORES DE ALUNOS COM PARALISIA CEREBRAL NO MUNICÍPIO DE MUQUI-ES	213
Sirlene de Oliveira Mario Inacio e José Roberto Gonçalves de Abreu	
MARKETING DIGITAL EM MICROS E PEQUENAS EMPRESAS	227
Thiago Coelho Scherrer de Souza e Sara Dousseau Arantes	
IMPACTOS DOS ESPAÇOS PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL I	245
Urbano da Silva Batista e Juliana Cassani Martins	
OS AUTORES	262

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA "ORCI BATALHA" DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES

Cláudia Márcia Corrêa de Jesus
André Luis Lima Nogueira

INTRODUÇÃO

Garantida pela Constituição Federal (1988), a educação é direito de todos e de responsabilidade do Estado, sendo uma prática social, política e de desenvolvimento humano presente em diferentes espaços, principalmente o escolar. Sendo assim, entende-se que a formação escolar é o primeiro exercício de cidadania e que por meio dela os sujeitos têm acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos.

A lei 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade de ensino de história e cultura afro- africana na educação básica, foi editada no início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 9 de janeiro de 2003, e seguida pela publicação das "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico -raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana", em outubro de 2004.

De acordo com Pereira (2008), o advento da Lei 10.639/2003 se deu em meio a um intenso debate social amplificado pela grande mídia, que expressava os primeiros impactos da implantação de programas de ação afirmativa em algumas universidades brasileiras. O texto das "Diretrizes" apresenta dimensões normativas relativamente flexíveis, sugerindo referências, conteúdos e valores para a ação docente, em consonância com o pressuposto formativo e educativo da valoriza-

ção da pluralidade cultural– mote, aliás, já presente nos temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, de 1998.

Como é sabido, tivemos uma longa experiência colonizadora no Brasil (ou melhor definido, América portuguesa). Dentre as facetas desse processo está o uso de mão de obra cativa, tanto de indígenas como principalmente dos africanos escravizados por diferentes rotas de tráfico (SCHWARCZ e STARLING, 2015). Nesse sentido, os quilombos seriam uma das principais formas – efetivas e simbólicas – de resistência dos escravizados, fundamentalmente os africanos, contra as agruras e violências do cativo.

De acordo com Gomes (2013), as sociedades escravistas conheceram diversas formas de resistência, destacando-se as fugas individuais e as comunidades de fugitivos. Nas áreas urbanas as dificuldades para capturar os cativos eram grandes, e por isso os jornais ficaram abarrotados de anúncios de fugas. Ainda mais difícil era capturar os fugitivos que formavam quilombos/mocambos.

No Brasil, os quilombos são apontados como lugares de refugiados negros ou escravos fugidos, angariando, em alguns casos, ao longo de sua existência, outros grupos subalternos, a exemplo de crioulos, forros ou alforriados, mestiços pobres grupos indígenas, etc. Porém, o seu significado vai além desse conceito, os quilombos foram formados “[...] pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implementação de uma outra forma de vida, de uma outra estrutura política na qual se encontram todos os tipos de oprimidos.” (MUNANGA & GOMES, 2006 p. 71).

Ainda lastrados pelas discussões propostas por Munanga e Gomes, para além da resistência à escravidão, os quilombos também construíram vínculos fraternos (e hierárquicos), de solidariedade, de convivência e que até nos dias atuais, vêm se transformando e fortalecendo a cultura negra.

Apresentaremos a seguir fragmentos do embasamento teórico que versou a pesquisa e o resultado das entrevistas realizadas.

TRÁFICO E ESCRAVIDÃO NO BRASIL: ALGUMAS ABORDAGENS HISTÓRICAS

A escravidão estabelecida, no Brasil tão logo se iniciou a colonização, foi marcada pela violência, em razão da quais muitos escravizados – fossem, inicialmente nativos, fossem africanos e seus descendentes – preferiram fugir a viver sob o regime do terror. Desse modo, as fugas de escravos foram tornando-se uma realidade: inicialmente os escravos fugiam em pequenos números em busca de um lugar isolado para viver e, quando se adaptavam a lugares geralmente isolados, abriam caminhos para acolher outros negros.

O Brasil foi o último país ocidental a abolir a escravidão, a qual permaneceu por três séculos. A escravidão no Brasil é posterior da descoberta dos portugueses e, antes de usar a mão de obra negra, aproveitou-se a indígena.

De acordo com Silva (2018), o comércio de almas e o trabalho dos escravizados, durante cerca de quatro séculos, da África à América, mostrou-se especialmente perverso porque os seus efeitos se prolongaram nos descendentes dos que lhe sofreram a violência. Assim, seguindo ainda dos argumentos do autor, se em quase todas as sociedades se discrimina e socialmente se exclui, humilha ou rebaixa quem tem antepassado escravo, este podia em muitas delas - em Roma, por exemplo, ou em Axante, ou no Mali - conseguir esconder sua origem, porque cativo e homens livres não diferiam na aparência. No caso americano, isso não era possível, porque escravo era sinônimo de negro. E, por isso, nas Américas, os negros herdaram o retrato impiedosamente falso que do escravo, quase sempre branco, se fazia na Antiguidade Clássica.

Ainda segundo esse autor, sabemos muito pouco sobre as formas de escravidão na Grécia antiga. No entanto, podemos inferir que são diferentes das prevalentes na cafeicultura brasileira no século XIX. Embora a escravidão seja facilmente considerada o sistema mais eficaz e feroz de recrutamento, proteção e exploração de trabalho em todos os lugares e épocas, é baseada no direito de uma pessoa possuir outra e dispor dela como uma mercadoria, mas é no espaço., Tempo, é principalmente a maneira de usar escravos.

Devido à grande área da plantação, na busca de lucro, os empresários compravam negros a preços baixos, vendiam a preços altos e os traziam para trabalhar. Os mercantilistas usavam sobras em troca de escravos, obedeciam aos princípios de hierarquia trazidos pelos colonos portugueses, e investiam em terras com significado social para além da busca de riquezas, com o objetivo de ganhar status no cenário político e social.

Os escravos que vieram para as Américas eram negros trazidos de diferentes partes do continente africano, em face das diferentes nuances das rotas de tráfico, dos interesses africanos com o tráfico (que também devem ser devidamente considerados), dentre outros aspectos. Os negros que foram traficados para escravos têm características próprias em termos de corpo, religião, linguagem e trabalho. Podemos destacar que, como legado da escravidão, o Brasil possui a segunda maior população afrodescendente do mundo. Assim, relata Souza (2008 apud FURTADO; SUCUPIRA; ALVES, 2014, p. 108):

Cerca de 40% dos africanos escravizados tiveram como destino o Brasil e atualmente 65% da população negra nas Américas é constituída por brasileiros. Os primeiros africanos chegaram ao Brasil em 1554. Foram, portanto, 316 anos de escravidão, o que marca os últimos séculos da história brasileira e representa 63% do tempo desde que os portugueses aqui chegaram até os dias de hoje. Os escravos brasileiros constituíam-se, em sua maioria, por negros africanos e, ainda que existissem índios, estes eram escassos nos trabalhos mais pesados. Os anos de escravidão refletiram, e continuam a refletir, de forma veemente na realidade socioeconômica-cultural da sociedade brasileira. Os mais de trezentos anos de práticas exploratórias colonialistas imbuíram na memória social brasileira traços e costumes próprios de nossa identidade.

Concordando com Mattoso (2003, p. 19), “[...] entre 1502 e 1850, mais de 9 milhões e meio de africanos foram transportados para as Américas, e o Brasil figura como maior importador de homens negros”. Gomes (2015, p. 8) afirma:

Os primeiros africanos nas Américas foram pioneiros, adaptando linguagens, moradias, alimentação, idiomas e culturas. Ergueram fazendas e engenhos, plantaram cana-de-açúcar, café, milho, arroz, mandioca e algodão. Retiraram ouro e prata de montanhas ou rios, além de ajudarem a desenvolver diversas cidades e seus arrabaldes. Foram lavradores, mineradores e pastores. Trabalharam demais, receberam castigos e maus-tratos sem cessar e conheceram índices de mortalidade altíssimos.

O tráfico e o comércio de negros oriundos da África assinalam a história do Brasil, quando foram trazidos negros reis, rainhas, artistas, guerreiros, todos transformados em escravos. No entanto, a escravidão humana aconteceu desde a Antiguidade, como afirmam Almeida e Paula (2006, p. 254):

Na história da humanidade, seria impossível determinarmos quem foi o primeiro homem a ser escravizado e quando isso aconteceu. Já na Antiguidade, a escravidão atingia proporções expressivas, povos inteiros eram subjugados graças a derrotas militares, mas havia também sociedades onde um homem se tornava legalmente propriedade de outro homem devido à impossibilidade do pagamento de dívidas financeiras contraídas. Esta última era uma prática muito difundida entre as várias civilizações localizadas à margem do mar Mediterrâneo (hebreus, mesopotâmios, fenícios).

A escravidão sempre esteve profundamente enraizada na cultura dos povos antigos.

A história da escravidão mostra que lutas e organizações marcadas por ações corajosas formaram o que é comumente referido como “resistência negra”. Seu contorno inclui obediência, condições de trabalho, resistência de organizações religiosas e fuga dos chamados mocambos ou quilombos. Portanto, os negros muitas vezes se opunham à estrutura escrava e buscaram outro modo de vida fugindo e formando quilombos.

Muitos escravos negros não aceitavam os maus-tratos impingidos por seus senhores e resistiam à escravidão, às vezes, por meio de fugas, o que acabou dando início aos quilombos brasileiros ainda no período colonial. O quilombo era conceituado como negros fugidos que não precisavam de nada para se situarem e analisavam apenas a relação de identidade entre si, ainda que tal “conceituação” de quilombos tenha variado historicamente.

QUILOMBOS E RESISTÊNCIA ESCRAVA

O Brasil é um país de diferentes povos e tradições. Os povos e as comunidades tradicionais são considerados grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições sociais, econômicas e culturais próprias, mas, ao mesmo tempo, mantêm relações específicas com o território e com o ambiente onde estão inseridos.

De acordo com o Decreto Federal Nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, povos e comunidades tradicionais são:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2012).

Ao observar este Decreto, percebem-se duas características fortemente evidenciadas nesses grupos. A primeira delas refere-se ao território, considerado um espaço necessário para a (res)significação cultural, social e econômica dessas comunidades, seja ele utilizado de forma permanente ou temporária. Nesses territórios, simbolicamente, são impressas a memória e a base material de significados culturais que compõem a identidade do grupo.

Outro fator é o desenvolvimento sustentável, pois é comum o uso de recursos naturais de forma equilibrada, com a preocupação de mantê-los para as novas gerações. São comunidades marcadas pela economia de subsistência (MORIM, 2009).

O Decreto Federal Nº. 6.040/2007 também instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). O principal objetivo dessa política é:

Promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (BRASIL, 2007).

Portanto, os membros de uma comunidade tradicional possuem uma marca registrada no modo de ser, fazer e viver, tornando possível e visível seu autorreconhecimento como portadores de uma identidade própria e de direitos.

Desse modo, o conceito de identidade quilombola se fundamenta em representações nas quais o sujeito se encontra, de alguma forma, inserido, bem como em suas identificações com os valores que são construídos perante a sociedade, conforme sinaliza Gomes (2003):

A identidade negra é entendida como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro (GOMES, 2003, p. 5).

A identidade está relacionada com o sentimento de pertencimento de um indivíduo ou um grupo, em que todos possuem uma forma singular de ser, pois, assim como a cultura, a identidade não é fixa, ela se ajusta com o tempo e com as necessidades vigentes de uma determinada sociedade:

A reflexão sobre a construção da identidade negra não pode prescindir da discussão sobre a identidade como processo mais amplo, mais complexo. Esse processo possui dimensões pessoais e sociais que não podem ser separadas, pois estão interligadas e se constroem na vida social (GOMES, 2003, p. 5).

Em decorrência da escravização dos africanos, o Brasil tornou-se a segunda maior nação do planeta com população de ascendência na África. De acordo com Anjos (2006), o Brasil representa um dos maiores importadores de africanos forçados, ao longo dos séculos XVI ao XIX, chegando a ultrapassar a casa dos quatro milhões de indivíduos transportados, com a escravidão tornando-se uma das maiores e mais rentosas atividades dos negociantes europeus. Foi um comércio tão intenso,

a tal ponto de se tornar impossível precisar o número de negros africanos retirados de seu habitat, com sua bagagem cultural, a fim de serem, injustamente, incorporados às tarefas básicas para formação de uma nova realidade (ANJOS, 2011, p. 262).

O autor ainda evidencia alguns fatores que contribuíram para que a escravidão do negro se tornasse efetiva e lucrativa, tais como: as habilidades que os negros possuíam como ferreiros, agricultores, construtores, mineradores e muitas outras habilidades que poderiam contribuir para o “crescimento” econômico brasileiro. Essa visão de um novo mundo se deu de modo desumano, visto que os negros eram capturados à força em seu habitat, sendo arrancados de suas casas, famílias e transportados em navios para uma viagem sem volta. Logo eles seriam vendidos e obrigados a trabalhar como cativos, isto é, sem receber nenhum tipo de remuneração pelos seus serviços, porém,

[...] nas cidades, eram eles que se encarregavam do transporte dos objetos de pessoas e constituíam a mão-de-obra mais numerosa empregada na construção das casas, pontes, estradas e diversos serviços urbanos (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 65).

Os africanos estavam presentes em todos os lugares, desenvolvendo as atividades nas lavouras, nas agriculturas, criações de gado, comércios, nas minerações e na produção de alimentos, entre outras atividades que foram repassadas para suas novas gerações. Nas cidades, onde a economia era mais dinâmica, esses escravizados desempenhavam diferentes trabalhos, alguns dos quais com signifi-

cativo grau de especialização, como o de sapateiros, alfaiates, barbeiros e sangradores, músicos, etc. No entanto para estes a vida na América portuguesa era bastante precária, pois os castigos físicos e punições eram aspectos essenciais para a manutenção do regime de escravidão (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006).

Vale ressaltar que, em algumas comunidades, o processo de fundação não está relacionado à fuga da escravização, mas a doações dos senhores, compra da terra por negros libertos, posse por ser local de difícil acesso ou doações de senzalas por descendentes de escravos que permaneceram nas terras abandonadas pelos donos.

No Espírito Santo, algumas comunidades quilombolas estão relacionadas à última geração de africanos cativos trazidos para o Brasil, devido à grande demanda de mão de obra e à localização dos portos clandestinos litorâneos, o que explica as comunidades quilombolas localizadas perto do litoral. Alguns quilombos já existiam antes do fim do tráfico de escravos nessas regiões, os quais abrigaram os últimos libertos que se dirigiram para os quilombos antes e depois da abolição, em busca de abrigo e coletividade, sendo fruto também da migração de famílias libertas.

De qualquer forma, no Espírito Santo, como já observado, a primeira metade do século XIX foi fértil em fugas, rebeliões e formação de quilombos. Na medida em que decorria o tempo, novas fugas e rebeliões aconteciam, bem como outros quilombos surgiam e desapareciam, muitas vezes sem deixar vestígios e notícias superficiais. Nesses casos, incluem-se, por exemplo, documentos que abordam a organização de tropas, em 1840, para combater quilombos pelo interior da Província e também sobre a destruição de um quilombo, com 18 casas, de pretos bem armados, em 1843. Também havia informações sobre a destruição de quilombos no interior, em 1847, e a existência de mais outros, em 1850, em Cachoeiro de Itapemirim (MACIEL, 2016, p. 98).

A busca dos negros escravos por liberdade ocorreu no Espírito Santo da mesma forma como acontecia no resto do Brasil, e os números de quilombos

creciam, o que contribuía para que a administração brasileira aos poucos designasse leis que culminassem no fim da escravidão, o qual deu início às lutas por sobrevivência e direitos.

Essas comunidades hoje vivem basicamente da agricultura, que é variada, e algumas famílias que geralmente não possuem terras para o plantio trabalham para os grandes proprietários de terra e somam a renda familiar aos benefícios governamentais, lutando por garantias de direito. Na maioria das comunidades quilombolas do Espírito Santo, organizadas em associações, os indivíduos vivem com o mínimo de recursos públicos. Elas possuem escolas quase que padronizadas na maioria das comunidades quilombolas. Essas escolas são pequenas, com apenas duas salas, não têm posto de saúde, e as reuniões comunitárias geralmente acontecem nas sedes das associações.

Assim, para o reconhecimento das comunidades quilombolas, faz necessário registrar:

A certificação das comunidades quilombolas é o primeiro passo para a regularização fundiária e para o reconhecimento da identidade da comunidade enquanto remanescente de quilombo. A emissão do certificado é de responsabilidade da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura (FCP/MinC), que tem como atribuição legal realizar e articular ações de proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural das comunidades remanescentes de quilombos, bem como das comunidades tradicionais de terreiros. (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2007, [s.p]).

Os quilombos eram os espaços de resistência e desejo de liberdade dos negros, que buscavam viver com liberdade, mantendo e resgatando seus costumes, valores e estilos de vida originários da cultura, e mostrando a resistência negra no Brasil.

Assim, podemos afirmar que os quilombos foram experiências coletivas de, “[...] homens e mulheres que se recusavam viver sob o regime da escravidão e desenvolviam ações de rebeldia e de luta contra esse sistema” (MUNANGA &

GOMES, 2006 p. 72), que criaram estratégias de resistência à escravidão, vínculos fraternos, de solidariedade, de convivência e que lutaram por uma sociedade livre, e que até nos dias atuais, vêm se transformando e fortalecendo a cultura negra.

Teve início com quarenta escravos fugidos de engenhos, no ano de 1595, mas o número de pessoas foi crescendo, e o quilombo de Palmares, se tornou uma comunidade de mais de 30 mil quilombolas, ocupando um espaço equivalente a um terço de Portugal, pois era constituído por diversos quilombos que formavam uma cidadela segura. Era chamado por seus moradores de Angola Janga, que na língua quimbundo, quer dizer, “Angola Pequena”. (MUNANGA & GOMES, 2006).

Desse modo, existem definições normativas para essas comunidades, podendo-se observá-las, por exemplo, no Decreto Nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003 que, em seu Artigo 2º, considera:

Remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnicos raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

Nessas normatizações, o território não foi visto apenas como um espaço físico, mas também como um espaço de referência para a construção da identidade quilombola. Para Leite (1990), o território constitui um espaço demarcado por limites, reconhecido por todos que a ele pertencem, pela coletividade que o conforta. Um tipo de identidade social, construído contextualmente e referenciado por uma situação de igualdade na alteridade, “o território seria, portanto, uma das dimensões das relações interétnicas, uma das referências do processo de identificação coletiva. Imprescindível e crucial para a própria existência do social” (LEITE, 1990, p. 40).

O território passa pela condição simbólica e material e tem assegurado o sentimento de pertencimento a um lugar e a um grupo. A posse coletiva da terra

e seu desenvolvimento coletivo não se dão simplesmente pelo fato de se viver em um lugar, mas sim pela comunhão que com ele mantemos (SANTOS 2004). Vale ressaltar que a terra é vista não como propriedade individual, mas como apropriação de um grupo em comum. Do mesmo modo, se entende que os elementos étnicos são construídos a partir de um território, sendo esses elementos étnico-culturais que conduzem a vida e dão sentido de pertencimento ao lugar.

Sendo assim, a autodefinição de comunidade quilombola está diretamente ligada com a relação que o grupo possui com o território, tradições e práticas culturais. A importância da preservação desse patrimônio assegura a potencialização de sua capacidade autônoma, seu desenvolvimento social e econômico e a garantia de seus direitos, pois

o território é uma condição essencial porque define o grupo humano que o ocupa e justifica sua localização em determinado espaço. (...) Mas antes de tudo é um espaço comum, ancestral, de todos que têm o registro da história, da experiência pessoal e coletiva do seu povo, enfim, uma instância do trabalho concreto e das vivências do passado e do presente (ANJOS, 2006, p. 49).

Os pertencimentos das comunidades ao território se distinguem como um ponto fundamental, pois, além de eles serem condição de sobrevivência física para os grupos, constituem a terra como instrumento importante para a afirmação da identidade desses grupos e para a manutenção e continuidade de suas tradições.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Pretende-se, a partir de agora, descrever e analisar – para além do diálogo pontual com outras realidades de escolas quilombolas Brasil afora – as práticas pedagógicas adotadas pelos professores da Pré-escola e de 1º aos 5º anos da escola Orci Batalha dialoga com as necessidades e especificidades da comunidade quilombola onde está inserida. Assim, logo gostaríamos de afirmar que a escola

em tela representa um fundamental espaço de interação sociocultural que considera a história, a vivência e os saberes afro-brasileiros dentro da comunidade no qual está inserida.

Pretende-se, ainda analisar se há nas práticas pedagógicas e ações no âmbito da escola, a construção de uma educação que busca consonância com seu Projeto Político Pedagógico as questões elencadas na legislação nacional para a Educação Quilombola. E que são refletidas nas práticas pedagógicas realizadas e vivenciadas no âmbito educacional e que estão contribuindo para a formação de sujeitos que valorizem a história, a cultura e a identidade quilombola.

É necessário conhecer como esses professores adotam em sua prática diária o que propõem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, de 2012, que estas escolas devem estar inscritas em suas terras, e ter uma pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade, bem como reconhecer e valorizar sua diversidade cultural, bem como o cotidiano escolar, em sua “materialidade”, ou seja, qual é o tipo de material disponível aos docentes para a realização de seu trabalho; como eles dialogam com o material didático que utilizam em suas aulas, as possibilidades de diálogo com os colegas de turma para a execução de projetos e trabalhos articulados, entre outros vetores. Buscamos igualmente perguntar aos docentes sobre sua formação, tanto inicial como continuada para entendermos o tipo de inserção que possuem nas temáticas atinentes à educação quilombola e aos estudos das contribuições dos africanos e seus descendentes, prerrogativa, como dito acima, fulcral na lei 10.639.

O perfil dos professores entrevistados aponta uma predominância quanto à faixa etária entre 41 e 55 anos, ao local de moradia procedência Urbana, a Formação Escolar Pós Graduação e ao tempo de trabalho na escola menos de 01 ano. Nota-se que autodeclaração há 04 professores que se declaram etnia Branca e 03 professores que se declaram etnia Parda. Como fica patente, não há para o caso aqui estudado a presença de professores autodeclarados negros, bem como indivíduos oriundos da comunidade quilombola no qual atuam como

docentes. Como dito acima, nos chamou atenção o pouco tempo que esses indivíduos atuam na unidade escolar. Ainda foi indagado aos professores porque eles atuam há tão pouco tempo na referida escola, como é a forma de ingresso-a instituição, se é processo seletivo ou concurso público. Os professores relatam que é feito uma seleção por meio de processo seletivo que conta com provas de título e tempo de serviço todo final de ano e devido a classificação, não conseguem permanecer na mesma escola.

Mediante aos dados coletados sobre a procedência geográfica e o tempo de atuação dos professores entrevistados, acreditamos que há necessidade de uma formação continuada por meio de práticas pedagógicas enriquecedora que se diferencia dos programas tradicionais de formação continuada nos quais são transmitidos aos professores uma enxurrada de informações teóricas sem conexão com sua realidade local. Nesse contexto, haverá que se trocar experiências de forma colaborativa com intuito de favorecer aos professores, uma visão mais crítica de seu contexto escolar e da realidade de seus alunos, passando assim a entender que a construção do conhecimento se dá de forma coletiva e com a participação de todos.

Conhecer a própria história é importante, não existe um povo sem história, porque é a história que permite entender a atualidade. Até os alunos entenderam que é importante conhecer a história da comunidade. Ao considerar a História como uma ciência que estuda a vida do homem através do tempo, investigando o que os homens fizeram, pensaram e sentiram, entende-se que o conhecimento histórico ajuda na compreensão do homem enquanto ser que constrói seu tempo. Com as respostas dos alunos, foi perceptível que a disciplina História é pouco mencionada, demonstrando um desconhecimento sobre a disciplina que deveria abordar esse estudo.

Entretanto, o tempo que os professores reservam para essa temática ainda não é o ideal, uma vez que a história local e a afro-brasileira são de ensino obrigatório como expõe a BNCC. Os professores precisam aprofundar o ensino sobre história e cultura afro-brasileira, principalmente porque é um ensino obrigatório com base na Lei nº 10.639.

Os professores precisam buscar meios didáticos para melhor desenvolver a aprendizagem dos alunos, podem propondo projetos, e pedir apoio do poder público, como também levar a comunidade para dentro da escola, fazendo uma ponte entre os saberes e fazeres das comunidades e o conteúdo proposto pelo currículo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos um estudo, temos ciência que os resultados são incertos e, sobretudo, parciais. Poderão haver possibilidades de novas pesquisas, portanto, pretendemos neste subitem apresentar algumas considerações finais em torno das análises do material empírico levantado, bem como pontuar algumas dificuldades e limitações encontradas no desenvolvimento do mesmo para assim, quem sabe igualmente contribuir para suscitar mais olhares, em trabalhos a serem produzidos em torno dessa fundamental e pulsante tema da educação quilombola e da valorização e visibilidade da cultura africana e afro-brasileira em sala de aula.

Assim, a análise do material empírico nos permitiu constatar que, a despeito da preocupação com a temática e com as premissas das leis e diretrizes prescritivas da Educação Quilombola, bem entendidas quando da leitura do PPP, na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental ‘Orci Batalha’, da comunidade quilombola da Cacimbinha no município de Presidentes Kennedy/ES, a fala dos professores reflete, em certos momentos, a falta de material didático sobre comunidades quilombolas nas escolas e que as escolas precisam melhorar os acervos didáticos sobre a temática, reconhecendo que, todas as vezes que esse conteúdo entra em pauta, é necessário adaptar o conteúdo à realidade dos alunos.

É importante ressaltar, que a pedagogia quilombola, é uma discussão recente, e que ainda está em construção e efetivação no âmbito escolar, mas cumpre um papel importantíssimo na construção de um novo olhar para a inserção dos negros nos conteúdos e nas ações escolares, considerando o negro autor dos seus saberes e co-

nhecimentos, e respeitando sua história e cultura. E contribuindo para a valorização e reconhecimento da identidade negra, e na superação da desigualdade etnicorracial.

Desta forma, acreditamos que a instituição escolar deve dialogar com a comunidade quilombola para encurtar a distância entre elas e viabilizar uma nova proposta de ensino.

Um aspecto que acreditamos contar a favor dessas processuais mudanças nas relações ensino e aprendizagem nesses espaços escolares é que as falas dos professores entrevistados, de modo unânime, reforçaram a importância das especificidades da educação quilombola, bem como mostraram a aproximação dos mesmos em relação à temática e, principalmente, com parte da legislação vigente. Ainda que, conforme apresentado aqui no curso de nossa análise de caso, aspectos como a rotatividade dos professores, em especial aqueles em situação de contratos temporários, além da já sublinhada falta de material didático específico, decerto aparecem como percalços para a promoção de uma abordagem mais consistente na comunidade quilombola estuda de Presidente Kennedy, no Espírito Santo. Realidade, aliás, não muito diferente de outras comunidades remanescentes de quilombos no Brasil, como apontamos baseados em outros estudos de caso.

Todavia, essa pesquisa abre novas questões a serem investigadas, a exemplo de problematizar interações entre a escola, a comunidade e os movimentos sociais que discutem a implementação das diretrizes curriculares na educação formal e não formal. Vale ressaltar que no contexto atual, no qual se caminhou muito nas políticas públicas e, atualmente, se encontram ameaçadas, uma vez que toda a legislação antirracista pode sofrer restrições curriculares de ordem impositiva ferindo frontalmente as conquistas nesse campo de ensino.

Sendo assim, temos agora dois desafios, o de manter as políticas públicas já conquistadas e de fazer com que continuem acontecendo à implementação no chão da escola. E, nesse sentido, é preciso pensar uma educação a luz dos Planos Nacionais de Educação, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola e para os Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Vilma P. **Escravidão e transição** – O Espírito Santo 1850-1888. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 2003..

BRASIL, MEC/CNE/CEB. Resolução nº 8. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Brasília, 2012.

DA SILVA, Vania dos Santos. **Diagnóstico das dificuldades do ensino de história no que tange à identidade quilombola em Presidente Kennedy-ES**. 2020. 72 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Vale do Cricaré, 2020

GOMES, Maria Cristina, OLIVEIRA, Andreza Alves de e ALCARÁ, Adriana Ro-secler. **Entrevista: um relato de aplicação da técnica**. Seminário em Ciência da Informação. Londrina. Paraná .2006.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os Quilombos no Brasil: Questões Conceituais e Normativas**. Etnográfica, v. IV (2), 2000, pp. 333-354..

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje**. São Paulo, Editora Global, 2006..

OLIVEIRA, Jucilene Belo de. Comunidades remanescentes de quilombo da Amazônia: o uso do território. **VI Encontro Nacional da Anppas**. 18 a 21 de setembro de 2012. Belém - PA – Brasil.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de e LINS, Mônica Regina Ferreira. Por uma desobediência epistêmica: sobre lutas e diretrizes curriculares antirracistas. **Revista da ABPN** • v. 6, n. 13 • mar. – jun. 2014 • p. 365-386.

PEREIRA, Júnia Sales. **Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-lei 10.639**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p. 21-43.

SANTANA, Jaqueline. Aspectos políticos da educação quilombola: currículo e prática pedagógica em discussão. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**. Aracaju.v.4. Edição Especial - Contextos da Cultura. p. 101 - 108.nov. 2015.

SANTOS, Greice Keli Dos et al.. **Saberes da comunidade no currículo das escolas quilombolas – reflexões**. Anais V CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2018.

SANTOS, Leonardo dos. **Identidade quilombola: o olhar dos alunos, pais e professores sobre as escolas quilombolas do ensino fundamental em Presidente Kennedy-ES**. 2020. 89 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus-ES.

SILVA, Juliana Ferreira da. Dissertação de mestrado. **Educação quilombola: um olhar sobre as práticas educativas na Escola Municipal Professora Antônia do Socorro Silva Machado**. João Pessoa: UFPB, 2018.

SCHWARCZ ,Lilia Moritz e GOMES, Flávio dos Santos **Dicionário da Escravidão e Liberdade** 50 textos críticos. 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras.2018.